

A CONTRADIÇÃO DO VISÍVEL: INTERVENÇÕES PAISAGÍSTICAS E GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BAIRRO DO VASCO DA GAMA, RECIFE (PE)

Maria Vitoria Andrade¹ - Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5386-0912>

David Tavares Barbosa² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5274-2493>

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, Brasil *

² Universidade Estadual do Piauí, Piauí, Brasil**

Artigo recebido em 03/07/2024 e aceito em 15/08/2024

RESUMO

Neste artigo buscamos evidenciar o protagonismo popular observado no bairro do Vasco da Gama, no município do Recife (PE), expondo o movimento de autogestão e cuidado ambiental dos moradores através da criação de algumas intervenções paisagísticas no espaço público. Estas ações comunitárias são construídas como forma de denúncia e tentativa de solução dos problemas que envolvem o acúmulo de resíduos sólidos e a falta de equipamentos de lazer e espaços de convivência no bairro, permitindo problematizar as desigualdades no acesso aos serviços públicos na cidade do Recife. Como estratégia metodológica, utilizou-se o método descritivo-exploratório que usa a descrição das características significativas do objetivo de estudo para explicar possíveis fatores que contribuem para sua ocorrência. A análise se desenvolve através da observação das percepções paisagísticas cotidianas, considerando que a implicação das pessoas com os espaços cotidianos são centrais para a resolução dos problemas socioambientais da cidade, tornando-se necessário compreender essas ações sociais em associação com as desigualdades socioterritoriais historicamente construídas. Assim, as intervenções paisagísticas demonstram que o protagonismo social dos habitantes é central para a construção de estratégias sustentáveis e responsáveis para conviver com a natureza, com a cidade e com suas expressões paisagísticas.

Palavras-chave: intervenções paisagísticas; resíduos sólidos; protagonismo popular; cidadania paisagística; autogestão.

* Mestranda no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Pernambuco, *campus* Recife.

E-mail: mariavitoria.andrade@ufpe.br.

** Doutor em Geografia. Docente da Universidade Estadual do Piauí, *campus* Ariston Dias Lima (São Raimundo Nonato).

E-mail: davidbarbosa@srn.uespi.br.

THE CONTRADICTION OF THE VISIBLE: LANDSCAPE INTERVENTIONS AND SOLID WASTE MANAGEMENT IN VASCO DA GAMA NEIGHBORHOOD, RECIFE (PE)

ABSTRACT

In this article we seek to highlight the popular protagonism observed in the Vasco da Gama neighborhood, in the city of Recife (PE), exposing the movement of self-management and environmental care of residents through the creation of some landscape interventions in the public space. These community actions are constructed as a way of denouncing and attempting to solve problems involving the accumulation of solid waste and the lack of leisure facilities and living spaces in the neighborhood, allowing us to problematize inequalities in access to public services in the city of Recife. As a methodological strategy, the descriptive-exploratory method was used, which uses the description of the significant characteristics of the study objective to explain possible factors that contribute to its occurrence. The analysis is developed through the observation of everyday landscape perceptions, considering that people's involvement with everyday spaces is central to solving the city's socio-environmental problems, making it necessary to understand these social actions in association with historically constructed socio-territorial inequalities. Thus, landscape interventions demonstrate that the social protagonism of inhabitants is central to the construction of sustainable and responsible strategies for living with nature, the city and its landscape expressions.

Keywords: landscape interventions; solid waste; popular protagonism; landscape citizenship; self-management.

LA CONTRADICCIÓN DE LO VISIBLE: INTERVENCIONES PAISAJÍSTICAS Y GESTIÓN DE RESIDUOS SÓLIDOS EN EL BARRIO VASCO DA GAMA, RECIFE (PE)

RESUMEN

En este artículo buscamos resaltar el protagonismo popular observado en el barrio Vasco da Gama, en el municipio de Recife (PE), exponiendo el movimiento de autogestión y cuidado ambiental de los residentes a través de la creación de algunas intervenciones paisajísticas en el espacio público. Estas acciones comunitarias se construyen como una forma de denunciar y tratar de resolver problemas relacionados con la acumulación de residuos sólidos y la falta de equipamientos de ocio y espacios de vida en el barrio, permitiendo problematizar las desigualdades en el acceso a los servicios públicos en la ciudad de Recife. Como estrategia metodológica se utilizó el método descriptivo-exploratorio, que utiliza la descripción de las características significativas del objetivo de estudio para explicar posibles factores que contribuyen a su ocurrencia. El análisis se desarrolla a través de la observación de percepciones cotidianas del paisaje, considerando que la participación de las personas en los espacios cotidianos es central para la resolución de los problemas socioambientales de la ciudad, por lo que es necesario comprender estas acciones sociales en asociación con desigualdades socioterritoriales históricamente construidas. Así, las intervenciones paisajísticas demuestran que el protagonismo social de los habitantes es central para la construcción de estrategias sostenibles y responsables para convivir con la naturaleza, la ciudad y sus expresiones paisajísticas.

Palabras clave: intervenciones paisajísticas; residuos sólidos; protagonismo popular; ciudadanía paisajística; autogestión.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar o protagonismo popular observado em um conjunto de ações que promovem a (re)apropriação de espaços públicos urbanos (praças, ruas, calçadas, terrenos baldios etc.) para a instalação de um conjunto de intervenções paisagísticas no bairro do Vasco da Gama, localizado na porção noroeste da cidade do Recife, Pernambuco. A partir dos resultados obtidos na pesquisa de trabalho de conclusão de curso em Geografia¹ (Andrade, 2023) e em diálogo com a proposta teórica de Barbosa (2020) sobre a cidadania paisagística, interessa-nos analisar o protagonismo dos moradores deste bairro na gestão dos resíduos sólidos e da paisagem local.

Neste artigo consideramos como intervenções paisagísticas um conjunto de mobilizações comunitárias que buscam transformar alguns espaços degradados que contribuem para acumular resíduos sólidos em nichos de paisagismo e de cuidado estético. Frente à carência de áreas livres, amenidades ecológicas ou espaços de lazer, os moradores passam a promover novos arranjos espaciais para superar tais lacunas: a construção de jardins coletivos, praças improvisadas, instalação de objetos para uso do espaço público e outras ações que expressam o aumento de preocupações ecológicas e estéticas no cotidiano das cidades, indicando um movimento de autogestão e de cuidado paisagístico expressos pelos moradores locais.

Estas intervenções paisagísticas podem ser encontradas na maior parte do bairro do Vasco da Gama, apresentando relação direta com a tentativa de solução do acúmulo de resíduos sólidos, visivelmente presentes em todo o bairro. Como apontado por Andrade (2023), essas ações indicam algumas preocupações paisagísticas dos habitantes locais, como também, comunicam denúncias dos moradores que questionam as ações de coleta dos resíduos sólidos realizadas pela gestão municipal, que se caracteriza por ser ausente ou deficiente em grande parte dos espaços do bairro. Essas questões afetam diretamente a esfera dos valores da paisagem dentro da comunidade que, a partir do incômodo com o acúmulo do lixo, moradores passam a se organizar socialmente para construir estratégias de gestão do espaço público e de cuidado estético com suas paisagens imediatas.

A pesquisa tem como base o estudo de caso com viés descritivo-exploratório (Gil, 2002), que se caracteriza por utilizar a descrição das características significativas de um determinado objeto de estudo para explicar possíveis fatores que contribuem para sua ocorrência. Conforme destaca Gil (2002, p.42) “pesquisas exploratórias e descritivas são uma fase prévia e indispensável para as explicações científicas, sendo elas que identificam os fatores e determinam o fenômeno que demanda que esteja descrito e detalhado em sua teoria e prática”. No caso de pesquisa, onde um problema urbano - o acúmulo de resíduos sólidos -

¹ Essa pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com orientação do Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE) e coorientação do Prof. Dr. David Tavares Barbosa (UESPI).

provoca uma reação dos moradores - a produção das intervenções paisagísticas - a escolha do método permite-nos compreender a relação entre as percepções paisagísticas e ambientais e o protagonismo social dos moradores.

Assim, utilizando algumas reflexões vinculadas com a geografia cultural e urbana, com destaque para Besse (2014; 2018) e Barbosa (2020), pretende-se analisar as intervenções paisagísticas através das relações desenvolvidas espacialmente com as ações de coleta dos resíduos sólidos e projetos urbanísticos da cidade. A partir dessa base teórica, interpretamos que as ações de cuidado ambiental e de valorização estética revelam um engajamento dos moradores que visa não apenas os espaços tradicionalmente codificados em nome da beleza, mas todo o conjunto do mundo sensível e das vivências dos habitantes com seu meio circundante. São preocupações estéticas pragmáticas, ações de valorização dos espaços cotidianos que aproximam a estética das reivindicações dos habitantes em suas vidas diárias (Berleant, 2013a, 2013b; Sgard, 2010; Barbosa, 2020).

A CIDADE DO RECIFE E AS DESIGUALDADES DE INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Essa pesquisa foi construída a partir da observação da dinâmica urbana contemporânea da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, localizada na região Nordeste do Brasil. Fundada ainda no século XVI, corresponde a uma das mais antigas cidades do país e um importante núcleo regional. De acordo com a narrativa sobre a cidade apresentada pela Prefeitura Municipal, a estruturação urbana do Recife tem relações com a dinâmica de exploração econômica durante o período da colonização, situação em que o espaço urbano recifense se estrutura entre as atividades de produção do açúcar e do seu porto escoador de mercadorias (PCR, 2018). Durante esse processo as conexões urbanas foram se expandindo e o território da cidade foi sendo estruturado com características radiais, ampliando a malha urbana que era apenas na parte portuária da cidade.

Considerando a perspectiva cronológica apresentada nos relatórios da Prefeitura do Recife (PCR, 2018, p. 412), os primeiros planos e intervenções urbanas identificados na cidade datam do período de 1909 a 1915, quando observa-se um conjunto de obras marcadas por aterros, pela modernização do porto e redesenho do traçado urbano como forma de planejamento e para agregar valor ao solo. No entanto, este processo, que ficou restrito ao centro histórico-geográfico do Recife, promoveu a expulsão da população de baixa renda das áreas central da cidade. Da mesma forma, essas intervenções contribuíram para concentrar ainda mais os serviços públicos urbanos na região central que, junto com o movimento de

desapropriação e higienização urbana, transformou a porção central do Recife em uma zona de privilégio para atender as classes dominantes.

Além disso, no Recife ocorreram outras três grandes intervenções urbanísticas que tiveram um impacto direto na estruturação do seu território (PCR, 2018). O primeiro acontecimento se desenvolveu de 1922 até 1926 com a expansão da malha urbana para os espaços onde atualmente encontram-se os bairros do Derby e de Boa Viagem, através de serviços de infraestrutura e aterros, além de uma dinâmica de segregação socioespacial, quando relacionada à habitação na região. A segunda intervenção ocorreu de 1920 até 1940, destacando-se como um momento de reestruturação e reorganização da cidade, por causa do advento da modernização e verticalização da cidade, em especial nos bairros centrais como, por exemplo, Santo Antônio. Esse período ficou conhecido como o início dos adensamentos nos morros ao sul e ao norte, devido a falha no plano de erradicação dos mocambos. Por fim, entre 1950-1975, ocorreu o adensamento do núcleo principal e implantação do setor da indústria na região através de políticas de desenvolvimento regional em decorrência do êxodo deste período (PCR 2018, p. 420).

Assim, nota-se que neste período entre os anos de 1910 até 1975 a estruturação da cidade se faz a partir de uma grande concentração dos serviços públicos urbanos na área central e na sua zona imediata de expansão. Essa concentração tem um impacto direto nas dinâmicas de integração e acessibilidade do território, estimulando a formação de uma cidade fragmentada e a criação de regiões privilegiadas na questão do acesso às infraestruturas urbanas. Do outro lado, os bairros com uma população mais popular passaram a ocupar as porções do território carentes de serviços públicos e estruturas urbanas.

A consideração desses aspectos históricos é importante para que possamos compreender quais são as heranças desses déficits das infraestruturas na mancha urbana recifense. É importante compreender que esses processos são desencadeados de diversas formas, destacando-se suas relações com o panorama das desigualdades socioeconômicas, a presença das infraestruturas de cuidado ambiental assim como com a distribuição dos espaços de socialização e lazer, questões centrais neste trabalho. Nesse sentido, revela-se central destacar que a organização social do território impacta diretamente no uso/apropriação que diversos grupos fazem do/no espaço urbano, onde suas características socioeconômicas e culturais são consideradas como grandes indicativos para a materialização dos serviços urbanos de acordo com as hierarquias sócio-ocupacionais. Dessa forma, por apresentar uma heterogeneidade de espaços e indivíduos, a cidade contribui com as dinâmicas de ordenamento territorial, podendo exercer formas positivas de integração, ou então dinâmicas de segregação e reprodução das desigualdades, como ocorre na maioria dos casos, inclusive na cidade do Recife.

Por exemplo, essas contradições refletem-se no recorte considerado neste artigo, o bairro do Vasco da Gama. Localizado na RPA 3, na porção noroeste da cidade, essa região corresponde a uma área

caracterizada pela presença de áreas de morros periféricos à planície litorânea. Nesse espaço se observa alguns questionamentos e conflitos relacionados à falta de infraestruturas públicas, além da ocupação de encostas de morros, de espaços de Áreas de Preservação Permanente (APP) relacionadas com o rio Capibaribe e seus afluentes no local (Mendes, Melo e Andrade, 2011).

As discrepâncias na presença das infraestruturas e equipamentos públicos, como espaços verdes e áreas de lazer, entre essa parte da cidade e as demais Regiões Político Administrativas (RPAs) podem ser observadas no gráfico a seguir. Elaborado através dos dados de 2022 disponibilizados pela Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura da Cidade do Recife, podemos observar nesses dados a contradição e a distribuição desigual dos equipamentos urbanísticos voltados ao lazer e à convivência com a natureza nesses bairros. Por exemplo, observa-se que a RPA 6 (formada pelos bairros da zona sul - Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Ibura, Jordão, Pina e Cohab) recebe o maior quantitativo dessas infraestruturas, com um número expressivo de 106 Parques, Praças e Áreas Verdes. Em comparação com as demais, a RPA 3 (que apresenta 29 bairros, dentre os quais, o Vasco da Gama) conta com apenas 77 equipamentos, destacando-se que nem todos os bairros da região possuem os equipamentos, com apenas 23 dos 29 bairros contando com a presença de algum equipamento.

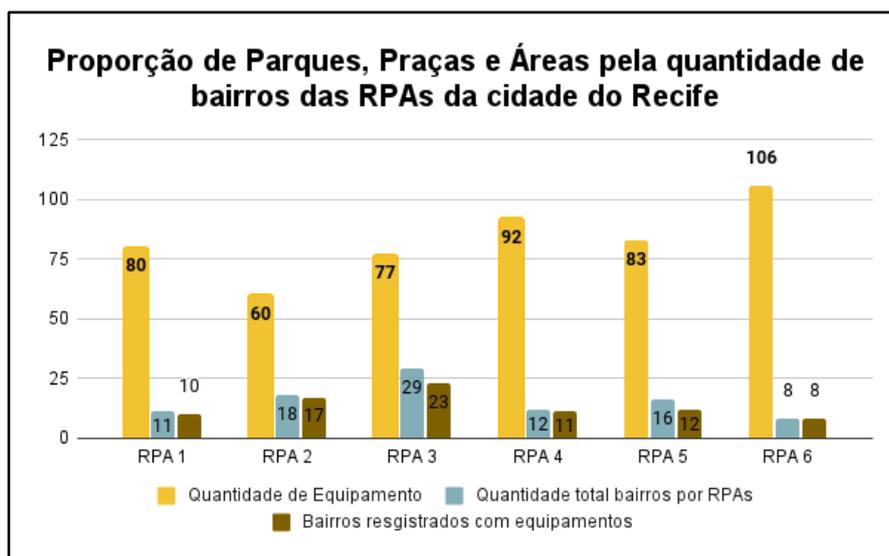
Diante disso, nota-se uma seletividade espacial de espaços públicos verdes destinados a lazer e saúde dentro da cidade, onde os bairros com maiores índices de desenvolvimento econômico-social recebem maiores investimentos de infraestrutura e lazer, e as regiões periféricas e/ou bairros populares, recebem o básico de todos esses serviços. Em relação ao contexto do bairro em estudo, o Vasco da Gama, inserido nas dinâmicas da RPA 3, conforme o Gráfico 1, pode-se observar índices negativos que são ressaltados pela própria prefeitura retratando ainda mais a complexidade dos vazios estruturais históricos, além dos interesses e destinação de projetos de acesso à qualidade de vida. Dessa maneira, a malha urbana recifense expõe essas desigualdades em sua estrutura física, devido ao seu perfil construtivo dos diferentes bairros da cidade, assim como pela atual distribuição e acesso aos serviços públicos.

De forma complementar, dados disponibilizados pela Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (EMLURB, 2024) demonstram que, além da desigualdade no acesso aos espaços públicos verdes e para lazer, também podemos observar uma distribuição desigual no serviço de coleta do lixo. De acordo com os dados fornecidos pela EMLURB, a coleta domiciliar é um serviço oferecido em parceria com a Prefeitura do Recife que abarca apenas 66% do território da cidade, considerando a diversidade e disponibilidade dos serviços de coleta de resíduos sólidos. Além disso, de acordo com dados fornecidos pelo portal Recife Limpa², para além da coleta domiciliar, existem outros serviços para tratar dos resíduos

² Informações disponíveis em: <https://recifelimpa.recife.pe.gov.br/>. Acesso em 24 ago. 2024.

sólidos na cidade, que são: o Ponto de Entrega Voluntária (PEV), que são pontos estratégicos à disposição da população para entrega de resíduos recicláveis; as Cooperativa e Associações de catadores de materiais recicláveis; e, por fim, as chamadas “ecoestações”, que são pontos de recebimentos de resíduos de obras residenciais.

Gráfico 1 - Proporção de Parques, Praças e Áreas Verdes pela quantidade de bairros das Regiões Político Administrativa da cidade do Recife.

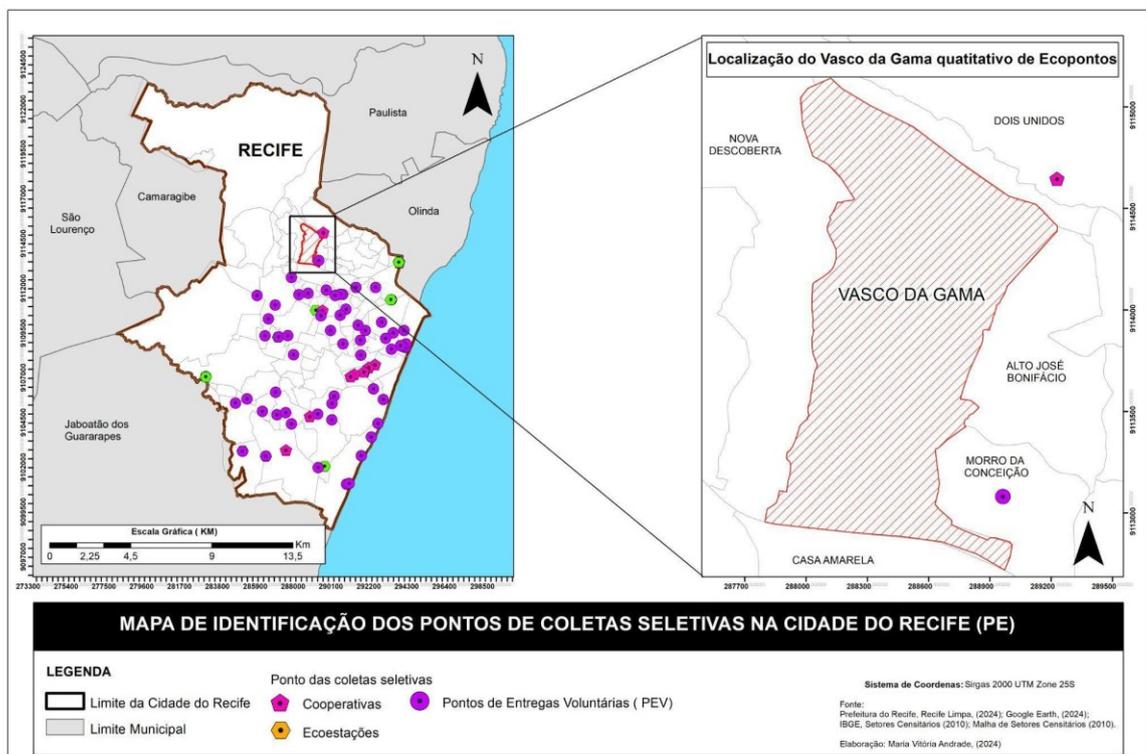


Fonte: Prefeitura do Recife. Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Parque e Praças, 2024. Disponível em: http://dados.recife.pe.gov.br/fa_IR/dataset/parques-e-pracas/resource/18e58d3b-8096-4bac-bc18-273bacd7d01c?inner_span=True. Acesso em: 11 de Ago, 2024.

A partir da consideração desses serviços voltados para a coleta e tratamento dos resíduos sólidos na cidade e da sua espacialização, podemos notar que existe uma concentração espacial na distribuição desses serviços. Por exemplo, como apresentado na figura a seguir, nota-se que em toda a cidade apenas oito bairros apresentam esses equipamentos, sendo importante considerarmos que existem alguns recortes espaciais privilegiados no direcionamento do investimento público sobre a referida questão. A observação da associação entre a presença das ecoestações e PEVs nos diferentes bairros da cidade é revelador sobre como se expressa uma concentração regional do investimento público nas ações sobre a gestão dos resíduos sólidos no contexto recifense. Conforme Andrade (2023, p. 35) nas RPA's que apresentam bairros com uma população mais rica podem ser observados uma maior concentração dos serviços de infraestrutura urbana. Nos bairros com a população mais pobre, por sua vez, pode-se observar uma menor disponibilidade desses serviços, sendo a sua população esquecida e culpabilizada. Assim, torna-se visível que não existe uma completa acessibilidade dentro do sistema de limpeza urbana no Recife, como também pode-se observar que a população que não tem acesso aos serviços destacados tem sido sempre colocada em uma posição de culpa perante aos problemas ambientais observados.

Assim, ao analisar o contexto e a base de dados do município de Recife, podemos observar que existe uma grande disparidade no acesso aos serviços públicos de saneamento relacionados com os resíduos sólidos e com os cuidados ambientais fornecidos no contexto desta cidade. Neste ponto, é importante destacar que essas desigualdades são produzidas historicamente e são reflexo da forma como o território municipal foi (re)construído a partir das ações do planejamento urbano. Da mesma forma, como destaca Orsi (2013, p. 14), “dentro do espaço urbano a distribuição desigual dos serviços está relacionada diretamente com os impactos e vulnerabilidade socioambientais” e, como demonstra o caso do Recife, a desigualdade na distribuição desses serviços afeta, de forma mais direta, os “grupos de menor ascensão social”, uma vez que estes “não estão inseridos dentro dos privilégios oferecidos pelo crescimento e desenvolvimento econômico”.

Figura 2 – Mapa de identificação dos pontos de coletas seletivas na cidade do Recife (PE)



Fonte: Autores (2024)

Diante disso, é possível considerar que o bairro do Vasco da Gama, recorte de análise deste artigo, se caracteriza pela ausência e/ou ineficiência dos serviços públicos básicos de limpeza urbana oferecidos pela cidade do Recife. A partir do conceito de seletividade espacial apresentado por Corrêa (2007), considera-se que o problema do acúmulo do lixo verificado no bairro, consequência de ações irregulares de descartes, é uma consequência da concentração espacial e seletividade na distribuição de serviços de coleta de resíduos sólidos por parte da Prefeitura.

Ademais, outro fator importante precisa ser considerado para refletir sobre a problemática do lixo no bairro do Vasco da Gama: a questão da geomorfologia local. Conforme aponta Santana (2019, p. 3760), “o bairro do Vasco da Gama está situado sobre a porção dos tabuleiros costeiros (morros), na zona norte da cidade, complexificando mais as ações da coleta feitas por caminhões baús”, intensificando também os conflitos dos moradores com o lixo. De acordo com Menezes (2014), alguns desses territórios localizados em zonas de morros e encostas, compostos por loteamentos de construções irregulares, becos, rampas e escadas, são inacessíveis para alguns tipos de coletas feitas por caminhões baús. Assim, no contexto do Vasco da Gama, além da irregularidade da limpeza urbana, existe o problema da acessibilidade de ações de coleta de lixo, destacando-se, sobretudo, uma concentração de problemas com o lixo nas áreas de encosta e nas saídas das escadarias presentes no bairro. Assim, grande parte das intervenções paisagísticas observadas encontravam-se nas regiões de acesso às escadarias, revelando a relação entre os problemas da coleta de lixo e das condições do sítio físico local.

Portanto, no contexto do bairro do Vasco da Gama observa-se a existência de dois problemas interligados: primeiro, a acumulação de resíduos sólidos em alguns espaços públicos, relacionada com um conjunto de fatores, como as falhas nos serviços de limpeza urbana; segundo, a instalação de intervenções paisagísticas destinadas a mitigar o descarte inadequado de lixo, promovendo uma requalificação dos espaços públicos a partir de uma abordagem ambiental e paisagística, incentivando o protagonismo social dos moradores e uma autogestão do espaço público urbano. Essas dinâmicas complexas refletem as diferentes percepções e valores dos moradores, influenciadas pela sua visão e participação na sociedade.

Dessa forma, as ações de intervenções paisagísticas aqui analisadas expressam, de forma complementar, uma luta contra o acúmulo dos resíduos sólidos, mas também apontam a importância do cuidado estético e ressignificação das simbologias do contexto local para enfrentar esse problema ambiental no bairro. Frente à carência de áreas livres, de amenidades ecológicas ou espaços de lazer, observa-se a expansão de movimentos organizados por moradores que passam a promover novos arranjos espaciais para superar tais lacunas: a construção de jardins coletivos, praças improvisadas, instalação de objetos para uso do espaço público etc. São composições comunitárias que expressam uma vontade de reformular os *espaços vazios/esquecidos* pelo poder público, considerando a reocupação e a ressignificação desses espaços como um ponto essencial na transformação e valorização dos seus espaços vividos.

INTERVENÇÕES PAISAGÍSTICAS NO VASCO DA GAMA: PROTAGONISMO POPULAR E ENFRENTAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

Considerando o processo histórico de consolidação das desigualdades no acesso à infraestrutura e aos serviços públicos no Recife, neste artigo buscamos destacar algumas ações realizadas na zona noroeste da cidade do Recife, caracterizada pela predominância de comunidades pobres situadas em morros e encostas carentes de infraestrutura. Recentemente, esses espaços passaram a contar com um conjunto de investimentos públicos para implantar áreas de lazer, de convivência e paisagismo: o *Mais Vida nos Morros*, projeto da Prefeitura da Cidade do Recife, criado em 2016 com ênfase na pintura de casas e muros de arrimo. Essa intervenção, nomeada como uma “política pública de inovação que reinventa a cidade e combate a desigualdade socioespacial no Recife”³, corresponde a uma ação municipal que se destaca pela construção de infraestruturas que permitam uma transformação territorial e paisagística dos bairros localizados em áreas de morros.

O *Mais Vida nos Morros* se destaca por ser uma iniciativa de cidadania que busca estimular ações de desenvolvimento sustentável nas comunidades pobres situadas em encostas, buscando integrar os habitantes na criação de soluções ambientais para a cidade. Apesar de ser uma ação desenvolvida pela gestão municipal, ela se caracteriza pela tentativa de promover o engajamento direto das comunidades na construção de ações de convivência com o ambiente e paisagismo (*Mais Vidas nos Morros*, 2020). Esse protagonismo dos moradores nas intervenções pode ser observado nos objetivos desse projeto, que podem ser observados a seguir:

Objetivo 1: Redesenhar o espaço urbano como foco no desenvolvimento integral da criança;
Objetivo 2: Promover o desenvolvimento sustentável, a partir da resiliência urbana;
Objetivo 3: Fortalecer o protagonismo comunitário de adultos e crianças a partir do exercício da cidadania ativa, do sentimento de pertencimento e do orgulho do lugar onde se vive. (*Mais Vidas nos Morros*, 2020, p. 25).

Neste sentido, nota-se que esse projeto urbanístico da gestão municipal busca integrar os habitantes na criação do desenvolvimento da cidadania a partir da participação dos moradores locais na construção dessas intervenções, assim como no fortalecimento do sentimento de pertencimento na comunidade e no cuidado com o meio ambiente e paisagístico. Esses objetivos podem ser observados durante a implantação do projeto, destacando-se o discurso observado nas redes sociais para a divulgação das intervenções que são realizadas. No bairro do Vasco da Gama, um dos pontos do projeto realizado corresponde ao Alto Treze de Maio. Conforme pode ser observado na Figura 3-A, foi realizada uma intervenção colorida que utiliza

³ Informações disponíveis em: <https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

grafites para causar um impacto visual, destacando-se a preocupação estética e paisagística desse conjunto de intervenções. No entanto, conforme demonstra a Figura 3-B, atualmente o cenário revela-se diferente, visto que as intervenções artísticas desbotaram e/ou foram removidas devido aos períodos chuvosos.

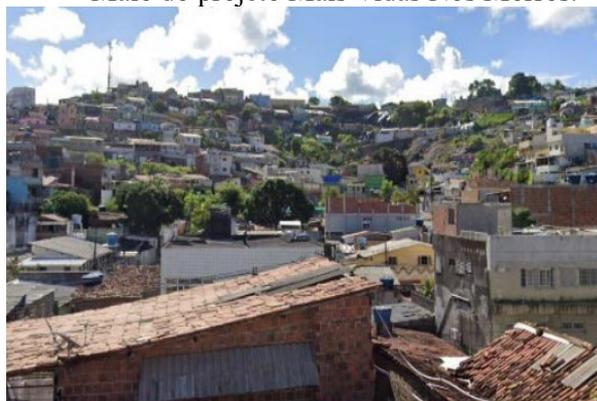
Figura 3 - Atuação do programa Mais Vidas nos Morros no bairro do Vasco da Gama - Alto Treze de Maio

A -Intervenção dos Mais Vidas nos Morros, no Alto Treze de Maio



Fonte: Divulgação do projeto no Instagram @MaisVidasnosMorros, 2023.

B- Atuais condições da ação artística no Alto Treze de Maio do projeto Mais Vidas Nos Morros.



Fonte: Google Earth (2024).

Apesar da importância desse projeto e dos impactos paisagísticos, sociais e ambientais das suas intervenções, é importante destacar que para além das ações realizadas pela gestão municipal, também é possível observar algumas ações de cuidado paisagístico e estético desenvolvidas de forma autônoma, por moradores. São ações pontuais, mas de grande impacto, que buscam solucionar os problemas urbanos que são vivenciados no bairro, destacando-se o acúmulo dos resíduos sólidos e a carência de espaços públicos de lazer. Esses equipamentos urbanos, construídos pelos moradores para enfrentamento o dessas questões, são considerados nesse artigo como intervenções paisagísticas, que podem ser compreendidas como:

[...] [as] intervenções paisagísticas [são] realizadas a partir do protagonismo de moradores locais que buscam se (re)apropriar dos espaços públicos e garantir uma melhor qualidade e bem-estar aos seus ambientes cotidianos, sobretudo nos bairros periféricos do Recife (PE). [...] [As] intervenções paisagísticas são formas distintas e complementares, [que] promovem a revitalização (paisagística) de espaços comuns (públicos) nos bairros por meio da ação comunitária (Andrade, 2023, p. 16; 32).

Neste sentido, as intervenções paisagísticas correspondem a um conjunto de (re)apropriações de espaços públicos urbanos, como praças, terrenos baldios, esquinas e cruzamentos entre ruas etc., que são realizadas por mobilizações comunitárias que buscam transformar espaços degradados em nichos de paisagismo e de cuidado estético. Frente à carência de áreas livres, amenidades ecológicas ou espaços de lazer, são ações realizadas por moradores que passam a promover novos arranjos espaciais para superar tais lacunas: a construção de jardins coletivos, praças improvisadas, instalação de objetos para uso do espaço

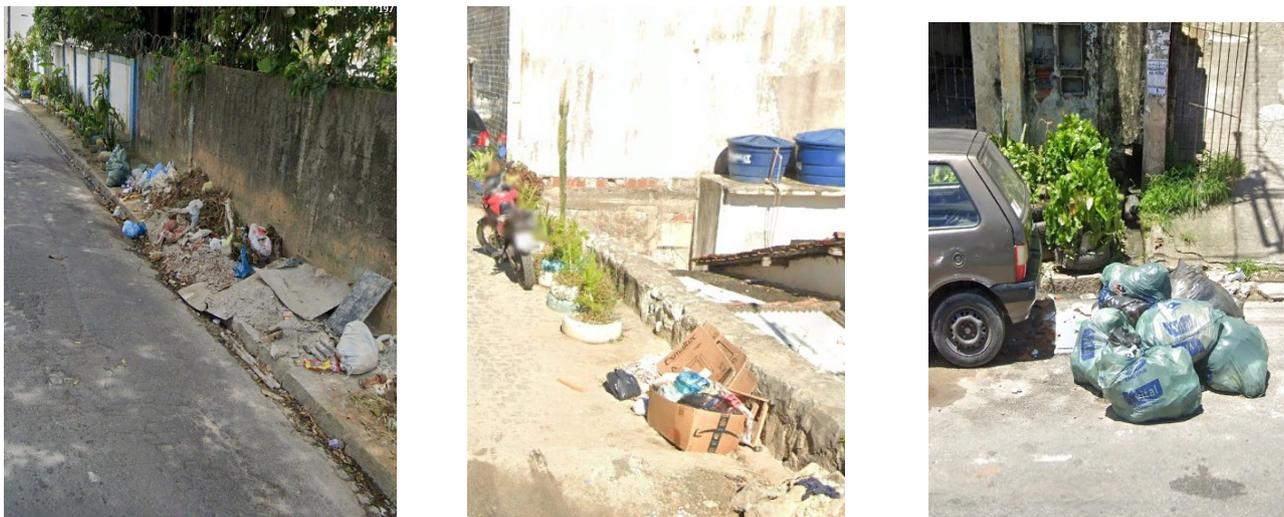
público e outras ações que expressam o aumento de preocupações ecológicas e estéticas no cotidiano das cidades.

Conforme destacado por Andrade, Barbosa e Maciel (2021), esse fenômeno de (re)apropriações dos espaços públicos ganhou visibilidade no Recife a partir da década de 2010, atraindo a atenção da mídia local, que passou a noticiar de maneira frequente algumas dessas ações, influenciando ainda mais o engajamento da população na busca de melhores condições de habitabilidade urbana. Em nossa abordagem, consideramos que tais composições dialogam com a leitura da paisagem como um comum (Besse, 2018a) e como um direito da coletividade e expressão da cidadania (Barbosa, 2020): a paisagem como uma extensão dos sujeitos, a partir das ações coletivas, que buscam ter seu estar-no-mundo e suas marcas territoriais valorizadas, a partir de usos não-exclusivos e não-comerciais.

No bairro do Vasco da Gama, as intervenções presentes se caracterizam, em sua grande maioria, como nichos paisagísticos que utilizam materiais recicláveis como pneus que, associados com algumas plantas ornamentais, buscam criar soluções para os incômodos dos moradores com o descarte irregular dos resíduos sólidos no espaço público local (Andrade, 2023). Conforme pode ser observado nas figuras a seguir, existe uma relação intrínseca entre o acúmulo de resíduos sólidos no bairro e a articulação dos moradores para se reapropriar e recuperar os espaços públicos (a rua, a calçada e os espaços livres, como terrenos baldios) e torná-los mais agradáveis esteticamente e ambientalmente.

Assim, no recorte deste estudo, as ações advindas das intervenções paisagísticas retratam as esferas de desigualdades no acesso aos serviços de cuidado ambiental, visto que são ações que denunciam falhas na coleta do lixo e o acúmulo de resíduos sólidos nos espaços do bairro. Tais questões revelam-se como um problema de saúde e de recorte ambiental na medida que, além de atingir o meio ambiente e poluir as ruas do bairro, também atrai, conseqüentemente, pragas urbanas (como ratos, mosquitos e animais peçonhentos) e problemas à saúde. Assim, além da inquietação perante os problemas que envolvem a correta destinação dos resíduos sólidos, esses moradores demonstram uma percepção ambiental que se articula com um cuidado paisagístico dos espaços imediatos de vida.

Figura 1. Presença de interferências paisagísticas e resíduos sólidos nas ruas do bairro Vasco da Gama



A – Interferências paisagísticas e resíduos sólidos na rua Grijalva Costa.

B – Interferências paisagísticas e resíduos sólidos na rua Camboriú.

C – Interferências paisagísticas e resíduos sólidos na rua Vasco da Gama.

Fonte: Google Earth (2024).

Deste modo, tais experiências reforçam uma narrativa de cuidado com o ambiente que é vivenciado no cotidiano, sendo essenciais para compreendermos as demandas por uma melhor qualidade de vida, assim como a expressão das identidades desses moradores. Como destaca Besse (2014, p. 251), apoiado nas reflexões de J.B. Jackson, a percepção paisagística que se desenvolve na escala da proximidade e das vivências, contribuem para “personificar a nossa existência (o nosso estar no mundo)”, ao mesmo tempo que “traduz o fato de que somos habitantes do mundo”. Conforme suas palavras:

A elaboração vernacular da paisagem repousa, com efeito, sobre o costume, ou seja, não sobre um conjunto de princípios absolutos que viriam aplicar do exterior sobre o lugar, mas sobre um conjunto de hábitos, de práticas, de usos continuamente elaborados e ajustados ao contato com o lugar, numa relação de parceria, no curso do que poderíamos chamar uma conversação com o lugar. “Costumes”, “práticas”, “conversação”: estamos aqui no universo de uma racionalidade contextual, em permanente evolução, sem identidade definida a priori (Olwig, 2009) [...] a noção de paisagem vernacular ou de paisagem vivida exprime o fato de que o ser humano é também um habitante do mundo, um ser vivo num ambiente, um habitante da terra e da natureza. Em outros termos tem um chão, e faz parte de um meio ao mesmo tempo material, vivo e simbólico, com o qual mantém constantemente relações materiais, sensíveis, imaginárias, práticas. O vernacular é, de certa maneira, o sinal da presença deste meio, em especial do meio natural, e deste chão. A paisagem vernacular evolui, de acordo com Jackson, em função das nossas tentativas de viver em harmonia com o mundo natural ao redor de nós. E, neste sentido, isso não tem um fim realmente determinado (Besse, 2014b, p. 251).

Perante o exposto, é possível apontar que existe a identificação do movimento pelos moradores e uma certa concordância de suas construções, ressaltando a importância das composições dentro do bairro. A partir de entrevistas realizadas com os moradores, pudemos observar que os moradores compreendem que essas ações seriam benéficas, possibilitando uma educação paisagística aos demais moradores, uma

vez que essas composições estimulam que os espaços do bairro não sejam destruídos ou degradados pela presença do lixo, por exemplo. Além disso, este modo de intervir no espaço e de valorização da paisagem engloba questões de educação ambiental, uma vez que estão relacionadas com o combate ao acúmulo de lixo e de cuidado estético, indicando possibilidades de adaptabilidade da coleta de lixo ao contexto local, questões que assumem uma importância central para tentar resolver esse problema ambiental do bairro.

Além do cuidado com o meio ambiente, também podemos observar mudanças na percepção estética e paisagística dos moradores sobre o seu bairro e sobre a cidade. Quando questionados sobre o efeito paisagístico dos nichos no bairro, a grande maioria dos entrevistados da pesquisa relatou que essas ações desenvolveram “um novo ar, deixando mais bonito e organizado”. O “novo ar” e o “bonito” têm relações diretas com a construção de intervenções que valorizam o modo de ver e viver desses habitantes com a cidade, com uma paisagem que se aproxima de seus imaginários paisagísticos.

Portanto, o cuidado estético e a gestão dos resíduos sólidos urbanos desenvolvida pelos moradores do bairro do Vasco da Gama pode ser compreendido enquanto pequenos atos que revelam uma certa “atitude estética” e um cuidado ambiental, cujos gestos da vida cotidiana passam a ser mobilizados como justificações de um cuidado e uma qualidade estética da existência desses grupos perante olhares múltiplos. São atividades paisagísticas ordinárias que revelam o interesse pelo sensível, pela beleza no cotidiano e pelo cuidado com o meio ambiente através do protagonismo social. Correspondem a ações que contribuem para validar as preocupações socioambientais anunciadas a partir de uma estética do cuidado e de proximidade com o meio (Barbosa, 2020; Andrade, 2023; Sgard, 2010; Berleant, 2013a; 2013b).

Assim, sendo um conjunto de intervenções desenvolvidas por moradores para tentar minimizar os impactos ambientais que envolvem os resíduos sólidos, além de buscar construir uma “convivência harmônica” da comunidade com o espaço da cidade e suas dinâmicas ambientais, essas ações buscam, de forma consciente, motivar os habitantes locais e eventuais visitantes para o desenvolvimento de uma ligação sustentável e responsável com a cidade, com a natureza e com suas expressões paisagísticas. Tais ações demonstram que, sem a implicação das pessoas, qualquer protocolo ou convenção para tratar da paisagem e gestão do espaço público será ineficaz (Barbosa, 2020). Da mesma forma, como destacado por Andrade (2023), essas simbologias construídas pela comunidade também podem ser associadas como uma forma encontrada pelos moradores para expressar seus valores, identidades, crenças e interpretações sobre a paisagem, além de expressar suas reivindicações sociais.

CIDADANIA PAISAGÍSTICA E AUTOGESTÃO: O PROTAGONISMO POPULAR FRENTE ÀS CARÊNCIAS PAISAGÍSTICAS

Nesse artigo buscamos avaliar como moradores situados num contexto de ausências, sobretudo dos serviços relacionados à coleta do lixo, expressam uma resistência cultural e simbólica através da construção de intervenções paisagísticas que buscam garantir uma melhor qualidade de vida e bem-estar para seus lugares, mobilizando a comunidade para a constituição de uma cidadania paisagística. A partir da ação desses moradores, interpretamos que essas ações de cuidado paisagístico e estético podem ser compreendidas como a expressão de uma cidadania paisagística: como um conjunto de debate e ações que passam a considerar a paisagem como um recurso que pertence a todos, onde todos têm o direito de ver, ser e estar na paisagem, assim como o dever de participar das ações de gestão de forma coletiva e comprometida (Barbosa, 2020).

Essas intervenções paisagísticas seriam a expressão de um conjunto de ações em que grupos de cidadãos organizados expressam seus interesses paisagísticos para questionar e resistir às transformações, para propor projetos de intervenção alternativos para paisagens em disputa ou para valorizar e reconhecer a legitimidade dos seus territórios (Barbosa, 2020; Ribeiro, 2018). São grupos de cidadãos heterogêneos que utilizam retóricas paisagísticas como estratégia para buscar intervir no planejamento urbano (paisagem como um instrumento político), mas também onde a própria ideia de paisagem passa a ser um objeto de interesse social e exercício da cidadania (paisagem como direito). São atores sociais que passam a mobilizar a paisagem como um objeto de identidade e expressão de demandas sociais, apresentando as suas demandas de cidadania perante a mobilização de referências paisagísticas (Barbosa, 2020).

Assim, as intervenções paisagísticas aqui consideradas possibilitam a incorporação da população na identificação dos valores paisagísticos e na gestão das paisagens da cidade. Para além das ações institucionais sobre a gestão dos resíduos sólidos e dos espaços públicos, essas intervenções paisagísticas buscam suprir a carência dos projetos governamentais. Por exemplo, destaca-se o Parque Vicente André Gomes, um parque construído através da articulação dos moradores para transformar um terreno vazio onde antes acumulava-se lixo despejado de forma irregular, a partir da apresentação de uma demanda à prefeitura do Recife. Com o projeto, transformaram a paisagem local com a instalação de área de lazer, plantas, grafites e pintura. Outro exemplo corresponde ao “nicho paisagístico” da Rua Alto do Eucalipto, uma ação autônoma criada por moradores de uma rua onde se costumava acumular lixo. Buscando resolver a situação, moradores criaram um jardim com mudas de plantas diversas, o uso de pneus reciclados como vasos e pinturas com teor educativo.

Essas intervenções são construídas pelo compromisso dos moradores locais, envolvidos em todas as etapas: na construção do projeto de ocupação, nas ações de manutenção diária e nos desdobramentos pela reivindicação do direito à paisagem, considerado aqui na demanda de melhoria dos lugares, da instalação de infraestruturas que envolvem o cuidado estético e a resolução dos problemas com o lixo. Da mesma forma, essas ações revelam um movimento mais amplo da sociedade em direção aos debates que envolvem a importância do cuidado ambiental e paisagístico na consolidação da cidadania e da justiça social, permitindo-nos uma aproximação com a questão do direito à paisagem e da cidadania paisagística, acima destacadas.

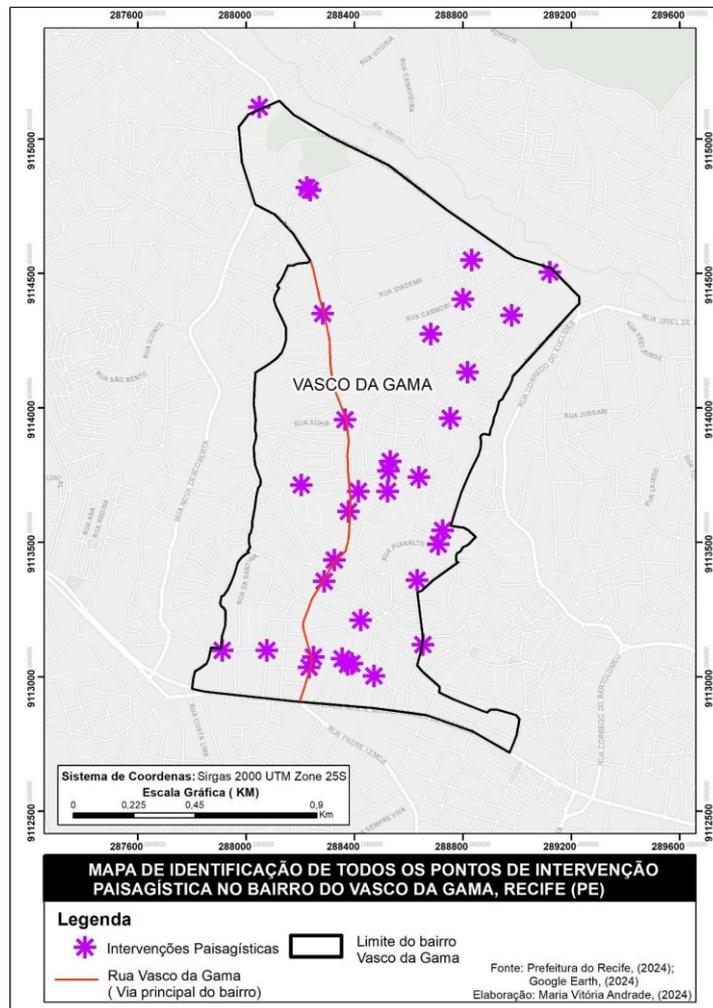
Considerando a discussão recente da geografia política sobre os espaços políticos (Ribeiro, 2018, 2019; Castro, 2018a; 2018b; Machado Filho, 2017), consideramos que essas intervenções podem contribuir para a construção de uma cidadania paisagística – o direito de ver, ser e estar na paisagem – pois possibilita a associação de duas questões centrais ao debate paisagístico, considerando suas variáveis culturais e políticas: participação e gestão. Participação no sentido que possibilita que os valores culturais, patrimoniais e paisagísticos da população sejam identificados e incorporados no planejamento/gestão dos quadros paisagísticos. E gestão pois contribuem para o desenvolvimento de intervenções a partir de uma perspectiva participativa, compartilhada e comprometida, possibilitando o estabelecimento de encontros, debates e acordos sobre interesses conflitantes (Barbosa, 2020).

Assim, o protagonismo popular observado no bairro do Vasco da Gama desenvolve-se através de ações de resistências que buscam superar os problemas observados no cotidiano, utilizando a autogestão do espaço público e da paisagem a partir da articulação de diferentes atores e elementos (Andrade, 2023). Presentes em quase todo o perímetro do bairro, as intervenções paisagísticas são, portanto, expressões de (re)apropriações feitas do espaço público realizadas a partir dos usos improvisados de materiais recicláveis, de arbustos e de plantas, buscando solucionar e/ou impedir o descarte indevido de lixo, como pode ser observado na Figura 4. Como destaca Besse (2014a, p. 47-48), a paisagem é, antes de tudo, vivenciada e depois, talvez, falada, com a palavra buscando prolongar a vida que faz dessa paisagem uma experiência. A paisagem existe como uma experiência no estar no mundo, em momento e lugar determinados.

Com isso, percebe-se um movimento de autogestão do espaço público utilizando a paisagem como objeto de denúncia e, ao mesmo tempo, de construção de novas simbologias, imaginários e vivências que são criadas dentro dos bairros. Assim, essas intervenções onde os moradores deixam suas marcas, identidades e, sobretudo, demandas referentes à qualidade de vida e ao bem-estar da população. Ademais, ao considerarmos essas ações a partir da autogestão, interessa-nos destacar que, de acordo com Bookchin (2004, p. 70), essas ações de gestão dos bairros e da cidade são realizadas de forma interligada com a

realidade vivida e concreta, funcionando como “elementos educativos comunitários” e atos políticos que permitem uma maior identificação ou afinidade dos grupos com os seus lugares.

Figura 4. Mapa de identificação dos pontos de interferência paisagística no bairro do Vasco da Gama, Recife (PE)



Fonte: Autores (2024).

De acordo com Proto (2010, p. 60), podemos identificar dois elementos centrais nos movimentos de autogestão: as necessidades e os desejos, que surgem em consonância com as condições sociais dos indivíduos e desempenham um papel fundamental na superação das barreiras impostas pelas classes sociais. Sendo assim, esses elementos desempenham um papel fundamental e pioneiro nas iniciativas realizadas pelos moradores do Vasco da Gama, pois é por meio da vontade de solucionar o problema do acúmulo dos resíduos sólidos e, de forma correlata, da necessidade de criação de espaços públicos que permitam uma melhor qualidade de vida, que emergem os movimentos de autogestão no espaço urbano.

Apoiados em Besse (2018b), podemos destacar que nesse perfil de intervenções é possível ver a expansão de aspirações sociais que abordam a paisagem não apenas como uma representação, mas como uma necessidade: considerada não apenas como consequência, mas como condição básica da existência humana, um dado constitutivo e indelével da vida individual e social (Besse, 2018b, p. 06-08). Para este autor, indivíduos e grupos sociais com preocupações distintas passam a externar na esfera pública o interesse por paisagens de qualidade, vinculando essas aspirações paisagísticas aos desejos de construção de uma renovada habitabilidade do mundo, às tentativas por experimentar novas formas de habitar as paisagens e formas alternativas de organização e práticas espaciais.

Assim, em nosso olhar, essas ações promovem a revitalização (paisagística) de espaços comuns (públicos) nos bairros por meio da ação comunitária. Esse fenômeno de (re)apropriações dos espaços públicos destaca o engajamento da população na busca de melhores condições de habitabilidade urbana e dialogam com a leitura da paisagem como um comum (Besse, 2018a) e como um direito da coletividade e expressão da cidadania (Barbosa, 2020; Andrade, 2023): a paisagem como uma extensão dos sujeitos, a partir das ações coletivas, que buscam ter seu estar-no-mundo e suas marcas territoriais valorizadas, a partir de usos não-exclusivos e não-comerciais. São mobilizações paisagísticas moldadas pelas tarefas cotidianas, imbricadas com as maneiras de viver o território e de estar no mundo. Uma ação de transformação da paisagem construída a partir da vivência prática, cultural e corpórea das populações que a produzem e a habitam.

A presença dessas interferências paisagísticas, assim como das novas simbologias construídas pelos moradores, pode ser compreendida como uma forma de expressar os valores, as crenças e as interpretações sobre a paisagem, além das reivindicações sociais dos moradores. Portanto, essas ações refletem os esforços dos moradores para fortalecer suas identidades individuais e coletivas, buscando a construção de uma “convivência harmônica” da comunidade com o espaço urbano. Neste contexto, as intervenções refletem uma cidadania ativa dos moradores, onde as ações buscam o reconhecimento do direito de contemplar, de participar e de influenciar nas ações de gestão do espaço público e da paisagem: apreciar a beleza e a harmonia nos espaços comunitários; participar ativamente na gestão dessas paisagens, reconhecendo que suas presenças e contribuições são fundamentais para promover uma gestão urbana inclusiva (Barbosa, 2020; Andrade, 2023).

Assim, torna-se evidente que a transformação espacial ocorre de forma integralmente impulsionada pela ação dos cidadãos, que atuam a partir de uma ação conjunta, aproximando-se da proposta apresentada por Besse (2018a). Essa abordagem se orienta para práticas coletivas politizadas por meio de ações e realizações, como participações ativas, associações e coprodução como por exemplos: jardins partilhados ou projetos de reapropriações em dimensão de políticas locais, que estão interligadas também

com uma crise de representação governamental. Dessa forma, memória e identidade seriam mecanismos de ligação dos indivíduos a uma coletividade para enfim “projetar os lugares de bens comuns”.

Conforme destacado por Andrade (2023), na análise dos discursos das comunidades, emerge uma construção de memória social coletiva, relacionada aos espaços e às interações entre moradores, colaboradores e o cotidiano local. Isso resulta no protagonismo social coletivo como parte do sentimento de pertencimento gerado por essa rede complexa de relações. Essa dinâmica se reflete principalmente na criação de nichos e paisagens que demonstram preocupação estético-ambiental com o ambiente em que vivem. Essas ações são realizadas de forma consciente e têm o potencial de incentivar tanto os residentes quanto os visitantes ocasionais a desenvolverem uma ligação sustentável e responsável com a cidade, a natureza e suas paisagens. Elas evidenciam que, sem o envolvimento das pessoas, qualquer protocolo ou convenção para tratar da paisagem será ineficaz (Barbosa, 2020).

Assim, essas intervenções podem ser entendidas como manifestações territoriais e paisagísticas das camadas mais desfavorecidas da cidade e que são reconhecidas como parte de um movimento que busca evidenciar que essas comunidades habitam áreas onde as condições podem ser aprimoradas, como é o caso na superação do acúmulo de lixo. De acordo com Portilho (2005) dentro desse modelo de cidadania desigual e estratificada desenvolvida pelo marketing ecológico, onde as massas não tiveram o acesso a alguns direitos centrais, esses movimentos demonstram a potencialidade das ações individuais e coletivas na gestão dos espaços urbanos.

Portanto, tais intervenções ultrapassam as esferas de apenas atender necessidades imediatas ou reduzir riscos, mas também buscam promover uma melhoria significativa na qualidade de vida e no bem-estar coletivo. São intervenções que dialogam com o contexto contemporâneo de ampliação do debate e das ações paisagísticas evidenciado por Besse (2014a, 2018a), onde a paisagem não se limita mais apenas aos universos da arte, articulando a estética com novas ancoragens ontológicas, existenciais e materiais, como a problemática ambiental, a qualidade de vida, o bem-estar humano e as identidades territoriais. Quer dizer, uma abordagem e aplicação da paisagem a partir de uma perspectiva holística e integradora, vinculada ao debate sobre suas ancoragens ontológicas, existenciais e materiais.

Por fim, tais questões permitem-nos compreender que o debate paisagístico contemporâneo se faz não apenas a partir da valoração das formas, mas principalmente pelo reconhecimento dos valores e relações espaciais construídos por ações ordinárias. São debates que estimulam uma leitura da paisagem como parte dos sujeitos que nela se reconhecem e com ela estabelecem uma ligação, produto e condição de sua existência, em conexão aos processos territoriais cotidianos dos sujeitos nas suas relações com o mundo circundante (Barbosa, 2020; Ribeiro, 2015; Briffaud, 2009; Berque, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo buscamos evidenciar a relação entre as percepções paisagísticas, as intervenções no espaço público e o problema do acúmulo dos resíduos sólidos no bairro do Vasco da Gama. Compreendidas como um reflexo das disparidades nos serviços públicos de limpeza urbana e das ações do planejamento urbano do Recife, as intervenções que tentam solucionar o problema do acúmulo do lixo são reflexo de uma aproximação do debate ambiental e estético da realidade cotidiana dos bairros populares das cidades brasileiras.

A criação de composições comunitárias nos espaços públicos do Recife se apresenta de maneira complexa, com diversos atores que, de formas distintas, interferem na habitabilidade urbana e na difusão do debate sobre a participação direta dos moradores na gestão das suas paisagens imediatas. Assim, compreendemos que as interferências paisagísticas surgem como um recurso para questionar a ausência e ineficiência de infraestruturas urbanas, dos serviços de lazer e da sustentabilidade ambiental para a população. Reforçar a validade dessas intervenções revela-se essencial quando observamos que, no contexto urbano brasileiro, persiste um tipo de discriminação socioespacial que reduz as classes populares como agentes de uma ocupação selvagem e caótica do meio urbano.

A vista disso, por ser um bairro com pouco acesso aos serviços públicos básicos de coleta de resíduos sólidos, o acúmulo se faz presente como foi apontado, refletindo o caráter da importância dessas atuações dos grupos locais de combater problemas ambientais e estéticos de sua comunidade. A ação a partir da construção de intervenções paisagísticas, assim como os processos de autogestão permitem a amplificação do protagonismo dos moradores por meio da (re)apropriação dos espaços públicos locais.

Portanto, estas intervenções na paisagem refletem a necessidade de melhorias na qualidade de vida, do fortalecimento das suas expressões identitárias e da criação de um sistema simbólico fundamentado em práticas corporais compartilhadas. Logo, são ações que demonstram o protagonismo social coletivo, contribuindo para o senso de pertencimento criado por meio de uma intrincada rede de relações com múltiplos atores que, de maneiras diversas, influenciam na habitabilidade urbana e na disseminação do diálogo sobre aprimoramentos nas condições de vida e no bem-estar comunitário.

Por fim, consideramos que tais intervenções paisagísticas podem ser compreendidas como expressões territoriais dos mais pobres na cidade. Consideramos que elas buscam mostrar que essas pessoas residem em lugares onde acontece um cotidiano cujas condições podem ser melhoradas, com intervenções pensadas não apenas em nome da necessidade ou da redução dos riscos, mas pelo incremento da qualidade e do bem-estar coletivo.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maria Vitória. **Interferências paisagísticas em espaços públicos no Recife/PE**: visibilidade e protagonismo popular no bairro Vasco da Gama. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Bacharelado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Acesso em: 12 abr. 2024.

ANDRADE, Maria Vitória; BARBOSA, David Tavares; MACIEL, Caio Augusto Amorim. Composições comunitárias de espaços públicos e praças: Ações pelo direito à paisagem na cidade do Recife/PE. In: III Lote e quadra, cidade e território: Espaços livres, redes ecológicas e o direito à paisagem, 2021, Niterói. **Anais [...]**. Paisagens Híbridas, ECA-UFRJ, 2021, Niterói.

BARBOSA, David Tavares. **Ver, estar e ser (n)a paisagem**: Cidadania paisagística e o direito à paisagem na cidade do Recife/PE. Rio de Janeiro, 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

BERLEANT, Arnold. A estética da arte e a natureza. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da Paisagem** – Uma antologia. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 281-298.

BERLEANT, Arnold. Estética e ambiente. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). **Filosofia da Paisagem** – Uma antologia. 2ª edição. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013a, p. 377-394.

BERQUE, Augustin. **El Pensamiento Paisajero**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo**: Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a.

BESSE, Jean-Marc. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. **GEOUSP** (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, mai/ago 2014b, p. 241 – 252. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84455>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BESSE, Jean-Marc. Paysages em Commun – Editorial. In: **Les Carnets du Paysage**, nº 33, printemps 2018a, p. 05-13.

BESSE, Jean-Marc. **La Nécessité du Paysage**. Marseille: Parenthèses, 2018b.

BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas. In: ALBERT, Michael; CHOMSKY, ORTELLADO, Pablo; BOOKCHIN, Murray; GUILLÉN, Abraham. **Autogestão hoje teorias e práticas contemporâneas**. Faísca Publicações Libertárias, São Paulo, 2004, p. 61-84.

BRIFFAUD, Serge. La Culture du Pittoresque et le Patrimoine Paysager Contemporain. In: **Patrimoine et Paysages**. Lyon: Lieux Dits, 2009, p. 40-47.

CASTRO, Iná Elias de. Espaço político. **GEOgraphia**. V. 20, Nº 42, jan./abr., 2018a, p. 120-126. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13839/9042>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CASTRO, Iná Elias de. Espaços públicos como espaços políticos: O que isso quer dizer? **Geografares**. Jul./Set. 2018b, p. 12-33. Disponível em: <http://ojs2.ufes.br/geografares/article/viewFile/20997/14088>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72. Disponível em: <https://periodicos.ufrpe.edu.br/index.php/cidades/article/download/12795/8363>. Acesso em: 03 ago. 2024.

EMLUB. Coleta Seletiva. **Prefeitura da Cidade do Recife**, 2024. Disponível em: <https://emlurb.recife.pe.gov.br/coleta-seletiva-0>. Acesso em: 26 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: EDITORA ATLAS, p. 176, 2002.

MACHADO FILHO, Guilherme Felix. **Espaços da política**: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MAIS VIDAS NOS MORROS. Mais Vidas nos Morros: reinvenção urbana passo a passo. **Secretaria Executiva de Inovação Urbana**, 1. ed, São Paulo: Cross Content, p. 1-50, 2020. Disponível em: https://maisvidanosmorros.recife.pe.gov.br/wpcontent/uploads/2021/04/Mais_Vida_nos_Morros_reinvencao_urbana_passo_a_passo.pdf. Acesso em: 03 de ago. 2024.

MENDES, Giorgia; MELO, Maria; ANDRADE, Aline. Estudos dos conflitos socioambientais das regiões político-administrativas noroeste (microrregião 3.3) e oeste da cidade do Recife/PE. **V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação**. IFAL, ano 2010, n. V, p. 1-8, 2010.

MENEZES, Marat Troina. Lixo e resíduos sólidos urbanos. In: MENEZES, Marat Troina; Instituto de Arquitetos do Brasil. **Cadernos técnicos de morar carioca tratamento de resíduos sólidos**, 2014, p. 10-56.

ORSI, Rafael A. Convivendo com o lixo: a vulnerabilidade socioambiental no bairro Jardim Graminha, Leme, São Paulo. **AUGM DOMUS**. Vol. 5, p. 13 – 32, 2013

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, Edição Temática, 2005, p. 1-12.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Diagnóstico Propositivo do Plano Diretor, Lei de Parcelamento e Lei de Uso e Ocupação do Solo. **Volume II - Lei de Parcelamento e Lei de Uso e Ocupação do Solo**, Org. Prefeitura do Recife - Secretaria de Planejamento Urbano e Instituto da Cidade de Pelópidas Silveira, 2018, p.1-203. Disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/plano-de-ordenamento-territorial>, acessado em 17 de agosto de 2022.

PROTO, Leonardo Venicius Parreira. Autogestão social e lutas sociais. **Enfrentamento**, Goiana, ano 5, n. 9, p. 58-73, jul./dez. 2010.

RECIFE LIMPA. Ecoestações. **Prefeitura do Recife Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos**. Disponível em: <https://recifelimpa.recife.pe.gov.br/conheca-as-ecoestacoes/>. Acesso em: 23 de mai. 2023.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural Urbana e Paisagem Histórica Urbana: O Rio de Janeiro e os desafios recentes para a lista do patrimônio mundial. In: **Identidades: Território, Projeto, Patrimônio**. Vol. 06, 2015, p. 235-256.

RIBEIRO, Rafael Winter. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem, 2018, Sintra. **Anais [...]** I Congresso Ibero Americano em Estudos de Paisagem, 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. Gestão da paisagem, gestão da cidade: Quais os legados do Rio de Janeiro Patrimônio Mundial? **Revista CPC (USP)**, v. 14, p. 144-166, 2019b. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/153143>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SANTANA, John Kennedy Ribeiro. Análise evolutiva da ocupação dos morros da cidade do Recife. In: **Anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, XVI**, Universidade Federal do Espírito Santos, 2019, p. 3754 -3768. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26767>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SGARD, Anne. Une «éthique du paysage» est-elle souhaitable?. **VertigO** – Revue électronique en sciences de l'environnement. Vol. 10, n.º 01, avril 2010. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/9472>. Acesso em: 03 mai 2016.